

ARQUIVOS SOBRE A CABANAGEM: (TENTATIVA DE) ANÁLISE DAS PRÁTICAS DE ORGANIZAÇÃO, REPRESENTAÇÃO E DIFUSÃO INFORMACIONAL NOS ARQUIVOS PARAENSES

E-mail:
bobblopes@hotmail.com

Roberto Lopes dos Santos Junior¹

RESUMO

Análise, a partir de metodologia qualitativa, exploratória e pesquisa de campo, sobre as práticas de organização e representação da informação feitas pelos arquivos municipais do Pará sobre a Cabanagem, importante revolta ocorrida no estado entre 1835 e 1840, até hoje discutida em eventos e comemorações. O artigo objetiva discutir como importantes acontecimentos históricos são trabalhados em seus acervos públicos. A base da pesquisa foi em consultas em sites ligados ao Arquivo Nacional e das prefeituras e secretarias onde os acervos estão alocados onde, quando possível, foi feita visita *in loco*, obtendo informações com seus diretores a partir de entrevista semiestruturada. A pesquisa inicialmente fez breve análise histórica sobre a Cabanagem, e discussão sobre os conceitos de organização e representação da informação no contexto arquivístico, com foco nas práticas de classificação e descrição. Foram selecionados 14 municípios, nos quais somente dois (Castanhal e Barcarena) foram obtidas informações aprofundadas sobre seu funcionamento e estrutura. A pesquisa, apesar dos resultados limitados, permitiu a identificação preliminar de novas discussões a serem aproveitadas pela Arquivologia que perpassam sobre os acervos da Cabanagem e se inserem em uma ampla seara de pesquisas exploratórias sobre como estão sendo constituídos os acervos documentais na Região Norte.

Palavras-chave: Pará; Cabanagem; Arquivos públicos paraenses; Organização e representação da informação.

ABSTRACT

Analysis, based on qualitative, exploratory and research field methodology, about the information organization and representation practices done by the municipal archives in Pará about Cabanagem, an important revolt occurred in the state between 1835 and 1840, until today discussed in events and commemorations. This article pretends identify how important historical events are organized in public archives. The research data was obtained in sites related to the Brazilian National Archive and the municipal secretaries which these documents are located. When it was possible, a visitation and semi structured interviews made by their directors. This research initially made a historical discussion about the Cabanagem revolt, and an analysis about organization on representation of information in Archival Science, focused in classification and description. It was selected 14 cities, which only Castanhal and Barcarena was obtained information about their structure and functioning. The research, despite the results, identify new trends of analysis to Archival Science per passing the Cabanagem and information organization, expanding the discussion about the constitution of the Archives in the Brazilian north region.

Keywords: Pará; Cabanagem; Public archives in Pará; information organization and representation

¹ Professor associado da Faculdade de Arquivologia da Universidade Federal do Pará. Doutor em Ciência da Informação pelo convênio IBICT / UFRJ. Mestre em ciência da Informação pelo convênio IBICT / UFF. <https://orcid.org/0000-0001-6063-920X>

1. INTRODUÇÃO

Em relação aos estudos sobre a evolução histórica do Brasil, muitas vezes um senso comum propagado por autores e canais “alternativos” é a da população brasileira ser “apática”, “submissa” ou “manipulável”, apenas mero espectador dos acontecimentos políticos e sociais, muitas vezes sendo ecoado a frase do escritor Lima Barreto “o Brasil não tem povo, tem público”². Contudo, nas últimas décadas, essa abordagem foi refutada de forma enfática por historiadores e antropólogos, evidenciando um país com tensões, conflitos e rebeliões perpassando sua história³.

Uma das fases mais instáveis e onde ocorreram os mais violentos conflitos no país foi durante o período regencial (1831-1840), onde camadas populares e a elite política entraram em agressivos embates em todas as regiões do Brasil, algumas perpassando os primeiros anos do Segundo Reinado. Entre diferentes rebeliões, uma das principais revoltas do período, a mais violenta e, junto com a Revolução Farroupilha ocorrida no Rio Grande do Sul (1835-1845), a que mais atraiu atenção da Regência, foi a Cabanagem, ocorrida na província do Grão-Pará⁴ entre 1835 e 1840, com desdobramentos e consequências que se estenderam pelas décadas seguintes (Machado, 2016; Carvalho, 2012).

A Cabanagem teve impacto significativo no imaginário paraense, possuindo volumosa produção bibliográfica sobre suas causas e desenvolvimento, além de ser constantemente lembrado e debatido em eventos, comemorações e na construção de um imponente, mesmo que por vezes esquecido e maltratado, monumento (Memorial da Cabanagem) feito em homenagem a revolta pelo renomado Oscar Niemeyer em 1985, a única obra do arquiteto na Região Norte. A revolta também obteve atenção até mesmo em jogos eletrônicos como, por exemplo, A revolta da Cabanagem, produzido entre 2006 a 2009 no Laboratório de Realidade Virtual (LARV), ligado à Faculdade de Engenharia da Computação e Telecomunicações da Universidade Federal do Pará, e O Cabano, produzido em 2020 de forma independente por alunos e docentes da faculdade de Computação do Instituto de Ciências Exatas e Naturais (ICEN), também da UFPA⁵.

No Pará, essas discussões teóricas e pesquisas acadêmicas encontram espaço principalmente em seu arquivo estadual.

O Arquivo Público do Estado do Pará (APEP), criado em 1894 e institucionalizado em 1901, teve como função inicial recolher e proteger documentos históricos relevantes à história da Amazônia e do Pará. Vinculada à Secretaria de Estado de Cultura (SECULT) seu acervo, segundo dados de 2015, é composto por aproximadamente quatro milhões de documentos, dispostos em 1.760 metros lineares entre avulsos, códices, encadernados, textuais (impressos e manuscritos) e iconográficos, que abrangem os séculos XVII e XX, englobando as relações políticas, sociais, culturais e ambientais da região amazônica (Sarraff-Pacheco, Torii, 2015; Torii, 2020). Apesar da necessidade de mais estudos corroborando essa questão, a APEP foi

² A frase encontra-se em conto publicado na revista *Careta* em 3 de junho de 1922, no qual o escritor, ao analisar o caráter elitista do futebol carioca, identificou a necessidade da população fluminense em apresentar posturas mais assertivas sobre diferentes aspectos de sua realidade. Contudo, a frase muitas vezes é tirada de seu contexto original, ganhando interpretações por vezes radicais e distorcidas. Para uma breve análise dessa abordagem de Lima Barreto em sua obra, ver Schwarcz (2017).

³ Para um breve resumo sobre esse debate ver Schwarcz e Starling (2017).

⁴ Em sua extensão máxima, entre 1821 e 1850, a província englobou o que hoje são os estados do Amapá, Amazonas, Pará e Roraima.

⁵ Para maiores detalhes sobre a produção e jogabilidade tanto da “A revolta da cabanagem” quanto de “O cabano” ver, respectivamente, Pantoja e Santos Junior (2024) e Carvalho Júnior e Araújo (2024).

importante na discussão de decretos e leis ligados a tentativa de consolidação de políticas e projetos a nível estadual, buscando oferecer para diferentes municípios do estado suporte para seu funcionamento ou, em casos localizados, na consolidação de seu espaço físico.

Para essa organização e posterior disponibilização de material ligado a Cabanagem, o organismo se utiliza de um ferramental importante para a Arquivologia, ligado a organização e representação da informação. Segundo Vital, Medeiros e Brascher (2017) essas atividades proporcionam a criação de uma estrutura conceitual e a pormenorização de objetos informacionais com o objetivo de potencializar a recuperação, acesso e difusão da informação arquivística para a sociedade, tendo a classificação, descrição e indexação entre suas principais práticas e os instrumentais de pesquisa (quadro de arranjo, catálogos, repositórios digitais) seu produto.

A partir dessa contextualização, esse artigo⁶ analisou como os acervos ligados a Cabanagem estão sendo organizados, representados e divulgados em diferentes arquivos municipais no estado do Pará, a partir de metodologia qualitativa, exploratória e pesquisa de campo, com base em consultas em sites e, quando possível, visita *in loco* nesses locais, obtendo informações com seus diretores a partir de entrevista semiestruturada.

Esse trabalho teve como estímulo eventos no qual o autor participou em conjunto com o Arquivo Público do Estado do Pará entre 2015-2019, no qual o tema da Cabanagem e da constituição documental dessa revolta foi discutida por diferentes especialistas na área como, por exemplo, as professoras Magda Ricci e Letícia Barriga. A partir dessa premissa, discutiu-se com algumas turmas da Faculdade de Arquivologia o tema da salvaguarda dos acervos documentais paraenses sobre a Cabanagem. Essas discussões, indiretamente, serviram de estímulo para que alunos na faculdade realizassem Trabalhos de Conclusão de Curso sobre essa temática com foco na APEP (e.g. Araújo, 2018; 2022). Cita-se também a carência de bibliografia sobre essa temática, visto que existem artigos, dissertações e teses sobre a Cabanagem, porém poucos discutindo como a documentação está constituída nos acervos do estado.

A pesquisa inicialmente discutiu a revolta da Cabanagem, identificando suas motivações e desenvolvimento. Posteriormente, foi analisado as práticas de organização e representação da informação na Arquivologia. Por fim, foram apresentados os resultados da pesquisa de campo realizado nos acervos municipais do Pará sobre a Cabanagem.

2. CABANAGEM: BREVE HISTÓRICO

Em abril de 1831, após meses de tensões entre diferentes setores políticos e sociais, o imperador Dom Pedro I abdicou do trono brasileiro, sendo o império, por quase uma década, entrando no que foi conhecido como “período regencial”, identificado por três fases distintas.

Primeiramente, entre 1831 e 1834, marcado por reformas e estabelecimento dos caramurus, exaltados e moderados como as principais forças políticas a debaterem os rumos sociais e econômicos do país. A segunda, marcada por debates políticos acalorados e o ápice de revoltas eclodindo pelo império. Por fim, a ascensão da chamada ala “regressiva” em 1837, identificada pela tentativa de restabelecimento de maior estabilidade, com o apaziguamento ou controle de grande parte das rebeliões e no recuo de algumas reformas, fase essa encerrada com o chamado “golpe da maioria”, com Dom Pedro II alçado ao trono em julho de 1840 (Basile, 2017; Carvalho, 2012).

⁶ Trabalho oriundo do projeto de pesquisa “Arquivos sobre a Cabanagem: análise sobre a representação documental, preservação e divulgação nos acervos paraenses” ligado à Faculdade de Arquivologia e do Programa de pós-graduação em Ciência da Informação pela Universidade Federal do Pará.

Conforme citado na introdução, a regência brasileira, em trabalhos contemporâneos, tem sido discutida a partir da eclosão de diversas revoltas, com algumas se estendendo pelos anos 1840 (Basile, 2017; Silva, Feldman, 2010). Um dos locais onde essa revolta se mostrava iminente, porém pegando o governo brasileiro de surpresa quando eclodiu, em especial pela sua violência e intensidade, ocorreu no Norte do país.

Na segunda metade do século XVIII, com a consolidação da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão (em atividade entre 1755 e 1778), estimulado pelo Secretário de Estado Marquês de Pombal, e em medidas pós-pombalinas de consolidação econômica da região, foi estimulado a reorganização e expansão do comércio de gêneros, além de reforços nas milícias e tropas, permitindo a interação entre europeus e líderes indígenas, e apoio a uma rede comercial que se estendia pelo interior da capitania. Como resultado, estimulou-se uma complexa rede de comércio que englobava toda a região, além de um diversificado leque de etnias - brancos, indígenas, negros, mestiços -, que se inter-relacionavam cultural e economicamente. Nas primeiras décadas do século XIX, as iniciativas deram resultados, com o relativo desenvolvimento de cidades como Belém e Santarém, e do importante papel de produtor de bens para a metrópole (Dias, 1970; Ricci, 2017; Vilaça, 2018).

Contudo, essa expansão atraiu também crises e tensões. A população portuguesa, ocupando postos de destaque em órgãos políticos e econômicos da região, mantinham regalias e privilégios, e reagiam com agressividade à população local, cada vez mais ressentida, em especial após a independência brasileira. Crises como a do Brigue Palhaço, com 250 revoltosos mortos em Belém em 1823, e revoltas de pequena envergadura, duramente reprimidas, na região do Óbidos e Rio Negro em 1824 sinalizaram rixas que, com o tempo, aumentavam vertiginosamente. No âmbito político, a instabilidade em que os governadores gerais sofriam com as constantes brigas com lideranças de oposição como, por exemplo, o cônego e deputado Batista Campos (1796-1834), mostravam uma elite política incapaz de negociar as tensões, visível no governador da província Bernardo Lobo de Souza – no poder entre 1833-1835-, usando de medidas violentas a oposição (Reis, 2015; Harris, 2017).

A Cabanagem eclodiu em janeiro de 1835, quando os revoltosos - chamados de cabanos⁷ - tomaram a capital e diferentes cidades da província do Grão-Pará. Em Belém, a revolta foi marcada por retaliações a população portuguesa e elite local, e na tentativa dos líderes Félix Malcher (executado em fevereiro de 1835) e Eduardo Angelim em sistematizar as, por vezes confusas e dispersas, propostas que a população cabana demandava. Após junho de 1836, quando os cabanos se retiraram da capital, a rebelião continuou na região do baixo e médio Amazonas, iniciando a fase mais violenta do conflito, somente encerrada em agosto de 1840, com a anistia imperial aos cabanos, com o saldo estimado entre 20 a 40 mil mortos no conflito (Reis, 2015; Harris, 2017; Melo, 2017). Segundo Ricci (2006, 2016) e Moura (2023), a política do império e líderes da província, nas décadas seguintes, foi de tentativas de “apagamento” da memória sobre a Cabanagem.

As abordagens sobre a rebelião variaram de acordo com os ventos políticos e ideológicos no Brasil. Autores como Domingos Antônio Raiol e sua pioneira análise sobre a revolta, produzida na segunda metade do século XIX, indicava a rebelião tanto como fruto da imaturidade política da Regência quanto dos “motins políticos” estimulados pela elite carioca sobre a população “pobre e irascível” da região (Raiol, [1865-1890] 2021). Já o escritor e jornalista Euclides da Cunha definiu a revolta como fruto de uma região longínqua pouco civilizada, representada em sua população pobre, visão essa que se manteve em boa parte da historiografia brasileira até a década de 1940 (Rezende, 2002; Amaral, 2015). Na segunda metade do século XX, visões baseadas no marxismo indicavam uma população pobre que,

⁷ Termo deletério que designava os moradores das cabanas e palafitas da província, em grande parte pobres de origem negra ou indígena.

consciente de sua exploração, se rebelaram, derrotados principalmente pela falta de liderança e coesão dos cabanos no decorrer dos acontecimentos (Di Paolo, 1985; Salles, 1992). No século XXI, novas abordagens tentam conciliar essas diferentes visões, também oferecendo, com base na documentação primária disponível, uma abordagem não limitada a uma visão histórica específica (Ricci, 2017; Pinheiro, 2018; Harris, 2024).

Conforme citado anteriormente, Belém atualmente promove diferentes eventos ligados a revolta, com repercussão variada. O Arquivo Público do Estado do Pará oferece generoso acervo sobre a Cabanagem, usando-a como base para palestras e conferências anuais reunindo pesquisadores de diferentes áreas. O arquivo também apresenta práticas de organização, representação e disseminação da informação nessa documentação. O tópico a seguir discute brevemente como essas práticas de organização e representação informacional e documental são analisadas pela Arquivologia.

3. ORGANIZAÇÃO E REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO EM ARQUIVOS

Na Arquivologia, uma das principais temáticas de estudo teórico e prático relaciona-se a organização e representação da informação. Segundo Barros e Evangelista (2024), esse campo, oriundo da massiva produção informacional pós-1945, consiste na realização de processos práticos e ferramentais que permitem a representação de informações, objetivando principalmente sua recuperação de forma confiável e eficiente, com foco na descrição, classificação e indexação feitas por profissionais da informação em espaços como bibliotecas, arquivos e museus. Segundo os autores, o foco de atuação da Arquivologia nas últimas décadas é a de avaliação e organização eficaz de um conteúdo que irá suprir o uso e necessidade dos usuários, além de uma eficiente gestão de documentos, objetivando a recuperação, disseminação e o acesso da informação por meio de linguagens informacionais e documentárias. Nessa pesquisa, duas dessas práticas serão destacadas, a classificação e a descrição.

Em relação a classificação, essa prática teve dois principais marcos de consolidação. A primeira, com a publicação do Manual do Arquivistas Holandeses em 1898, onde identificou a inserção dessa atividade no escopo prático da área, inicialmente com foco nos arquivos históricos e no princípio da proveniência como uma espécie de “guia principal” para a atividade e, em segundo, com a publicação do livro *Arquivos Modernos* (1956) pelo arquivista estadunidense Theodore Schelleberg, redirecionando a classificação como uma função basilar na gestão de documentos, onde aspectos administrativos e ligados ao ciclo de produção e fluxo documental deveriam ser inseridos em diferentes instrumentos de pesquisa, abordagem essa, atualmente, com atualizações ligadas as Tecnologias de Informação e Comunicação.

Souza (2008) e Schmidt (2024) identificam a classificação como práticas de agrupamento, codificação, categorização e hierarquização do conjunto documental de determinada instituição a partir de elementos característicos em comum, seja sua natureza jurídica ou administrativa ou pela espécie, gênero ou tipo, dependendo da abordagem escolhida, no qual oferecerá um instrumento de pesquisa que servirá de base para as outras funções ligadas a gestão de documentos. A base dessa prática é o citado princípio da proveniência, na qual a documentação deve ter, nesse agrupamento, respeito aos fundos, isto é, a entidade física ou jurídica que os produziu.

Dois tipos de classificação, durante décadas identificados de forma paralela, são os principais utilizados pela Arquivologia. A primeira, funcional “é a representação lógica das funções, subfunções e atividades do organismo produtor”, e a segunda, organizacional / estrutural, “representa, de acordo com o organograma, os vários níveis de divisão interna do

organismo produtor: coordenadorias, departamentos, divisões, centros e setores “(Batista, 2017, p. 4-5). Atualmente, há a consenso da utilização de uma prática híbrida, unindo dados das duas metodologias, devido ao instrumento de pesquisa incluir informações de ambas características em sua estrutura (Schmidt, 2024).

Cita-se, como principal produto dessa prática, o plano de classificação, com foco nos documentos correntes e intermediários, e o quadro de arranjo, onde, segundo Souza (2008), tanto pode ser a construção de um novo instrumento ou a adaptação do plano de classificação focado na documentação permanente da instituição.

Na Arquivologia, cita-se a descrição como a principal ferramenta de representação dos documentos permanentes, evidenciando seu valor secundário (histórico e probatório) e o papel de acesso, divulgação e difusão desses acervos para a sociedade. O mesmo constitui em análise pormenorizada do conteúdo documental, representada através de elementos de estrutura (suporte e meios de acesso), de conteúdo e de contexto social, histórico e cultural, podendo ser feito a partir de diferentes formas de linguagem e interpretação no processo de representação (Fonseca, 2017; Cândido, Barros, Redigolo, 2017; Monteiro, Barros, Santos Junior, 2019).

A partir dos anos 1990, foram produzidas, com suporte do Conselho Internacional de Arquivos (CIA), normas que definem os principais critérios de descrição dos conteúdos documentais arquivísticos. Quatro são os principais: *Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística* - ISAD(G), *Norma Internacional de Registro de Autoridade Arquivística para Pessoas Coletivas, Pessoas Singulares e Famílias* – ISAAR(CPF), *Norma Internacional para a Descrição de Funções* - ISDF e *Norma internacional para descrição de instituições com acervo arquivístico* (ISDIAH). No Brasil, a ISAD (G) possui uma adaptação, apresentada pelo Arquivo Nacional em 2006, com a *Norma Brasileira de Descrição Arquivística* (NOBRADE). Essas normas baseiam-se em instruções e explicações em suas respectivas áreas e elementos, possibilitando que outras instituições elaborem suas normas de descrição a partir dessas informações (Fonseca, 2017).

Uma atualização, identificando e definindo os componentes essenciais da descrição arquivística e suas inter-relações, está sendo discutida desde 2016 pelo CIA no projeto *Records in Contexts: a conceptual model for archival description*, englobando tanto o suporte convencional quanto digital (Souza, Flores, 2020).

Citam-se diferentes instrumentos de pesquisa oriundas dessa atividade, sendo seu principal ferramental de divulgação dos acervos permanentes para o público. No âmbito convencional, disponível em publicações impressas ou meios digitais, cita-se o guia, catálogo, índice e inventário e, no digital, destacam-se os softwares Atom e Archivematica, ambos desenvolvidos segundo critérios ligados ao repositório arquivístico digital confiável (RDC-Arq), com foco na produção de metadados (Chaves, 2023).

Um dos principais locais onde a classificação e descrição tem, pelo menos em teoria, sua utilização consolidada está nos arquivos estaduais e municipais. No tópico a seguir, foram analisadas informações sobre como os arquivos municipais do Pará representam as informações ligadas a Cabanagem.

4. EM BUSCA DOS ARQUIVOS PARAENSES SOBRE A CABANAGEM

Em relação aos procedimentos metodológicos, a pesquisa se utilizou de métodos qualitativos que, segundo Gil (2008, p. 21) “trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das

relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis”, de caráter exploratório, baseado em pesquisa de campo.

Inicialmente foi feita uma revisão bibliográfica em periódicos e na *Base de Dados em Ciência da Informação (BRAPCI)* com as palavras chave Cabanagem, Organização e Representação da Informação, e arquivos públicos do Pará. Percebeu-se, nesse levantamento, um quantitativo muito baixo de material (sejam artigos, comunicações ou livros / capítulos) discutindo a evolução histórica, desenvolvimento e constituição dos arquivos em diferentes cidades ou regiões do Pará. Exceção apresenta-se sobre as origens e consolidação do Arquivo Público do Estado, em especial as pesquisas feitas por seu atual diretor Leonardo Torii. Contudo, mesmo nesse caso, o material, apesar de informativo, foca nas primeiras décadas da instituição, não englobando informações do organismo a partir da segunda metade do século XX.

Posteriormente, foi feito levantamento dos arquivos municipais ou acervos ligados a organismos da prefeitura (secretarias) em diferentes cidades do Pará. A base para análise foi em consultas em sites ligados aos Conselho Nacional de Arquivos ou Arquivo Nacional como, por exemplo, o Diretório Brasil de Arquivos (DIBRARQ) - <https://dibrarq.arquivonacional.gov.br/> -, no qual disponibilizam listagem de acervos municipais no Brasil com seu site e telefone -, e nos sites das prefeituras e secretarias municipais onde os arquivos estão alocados, a maioria delas nas pastas de cultura, administração ou turismo. O levantamento ocorreu entre os meses de julho de 2024 a abril de 2025.

As cidades pesquisadas foram Acará, Altamira, Ananindeua, Barcarena, Bragança, Breves, Castanhal, Curuçá, Marabá, Paragominas, Parauapebas, Portel, Santarém e Tucuruí, onde pelo menos um município das seis mesorregiões do estado definidos pelo IBGE - Baixo Amazonas, Marajó, Metropolitana de Belém, Nordeste, Sudoeste e Sudeste - foi selecionada. Quando a cidade identificou, nessas fontes, a existência ou de um arquivo municipal ou de um acervo ligado a Cabanagem, foi tentado contato via telefone, celular ou pelo e-mail indicado nesses espaços digitais. Quando possível, uma visita presencial foi feita ao espaço com perguntas gerais sobre a estrutura, funcionamento e produção de instrumentos de pesquisa para o conjunto documental.

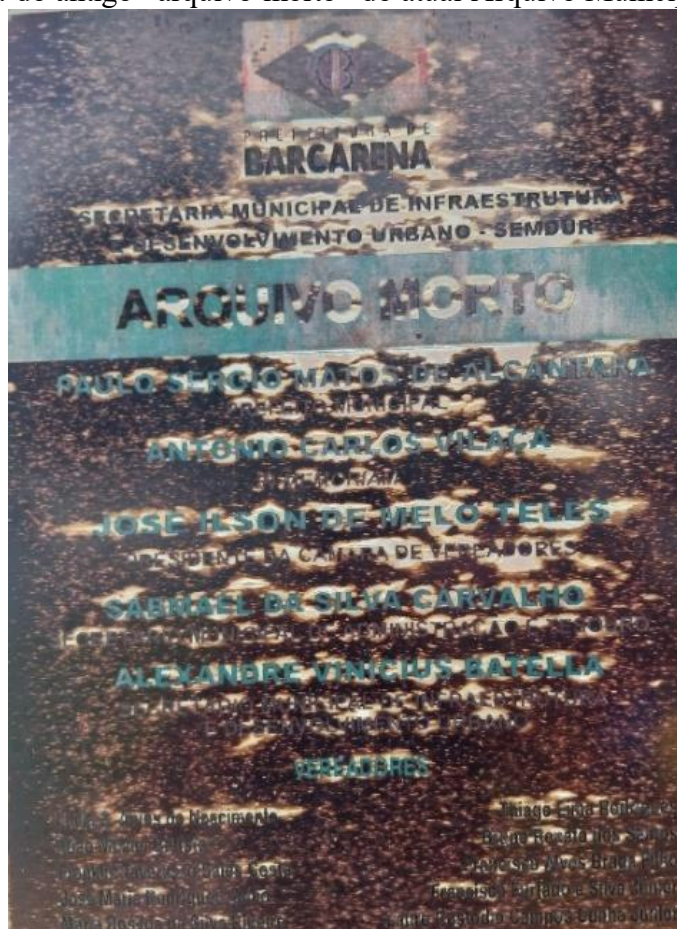
No geral as respostas mostraram-se esparsas e desencontradas. Por exemplo, em dois arquivos municipais, por telefone, foi indicado um endereço, sendo que outro era apresentado no site e, ao visitar esses locais, percebeu-se que o prédio indicado não comportava mais o acervo ou era um espaço vazio onde, apesar do projeto de criação do arquivo municipal ter sido aprovado, o mesmo não foi iniciado. Também ocorreram problemas de comunicação, no sentido de marcar uma visita para logo ser desmarcada sem justificativa e cidades onde foi identificado que o espaço físico do arquivo estava desativado, ou seja, fechado por tempo indeterminado para reparos e reformas nas quais, ao perguntar sobre o escopo dessas obras, não obtive retorno.

Citam-se também caminhos de pesquisa alternativos como, por exemplo, em Santarém, onde o arquivo histórico da cidade está armazenado em sua assembleia legislativa, no qual documentos produzidos entre os séculos XVIII e XIX encontram-se parcialmente organizados e ocasionalmente abertos para pesquisas, servindo de base para teses ligadas a Cabanagem (e.g. Barriga, 2023). Tentativas de contato foram feitas, mas, apesar de uma resposta inicial indicando a possibilidade de visita, os contatos posteriores não foram respondidos.

Apenas Barcarena e Castanhal retornaram os contatos no qual houve a possibilidade de uma visita “guiada” em seus arquivos municipais, ocorrida respectivamente em fevereiro e abril de 2025.

O arquivo municipal de Barcarena possui histórico recente - a partir do final dos anos 2010 e início dos 2020 - no qual foi organizado como “arquivo morto” em espaço ligado à Secretaria de Cultura (figura 1).

Figura 1 – placa do antigo “arquivo morto” do atual Arquivo Municipal de Barcarena



Fonte: dados de pesquisa (2025)

A partir de 2021, após a intervenção de diferentes profissionais, em especial seu atual diretor Luíz Guimarães - onde não somente buscou mudar a denominação do arquivo, mas também a alocação da documentação administrativa em um espaço próprio, onde foi feita uma parcial reorganização -, a identidade institucional foi obtida pelo espaço (figura 2).

Figura 2: sede do Arquivo Municipal de Barcarena



Fonte: dados de pesquisa (2025)

O trabalho, segundo o diretor, encontra-se em estágio mais avançado de desenvolvimento, mas ainda inicial, pois uma reorganização definitiva da documentação em uma infraestrutura mais “arquivística” ainda está em discussão. Contudo, a boa recepção da prefeitura na gestão de Renato Ogawa (2021-) com os resultados iniciais dessas iniciativas fez com que o espaço físico fosse consolidado, que documentos de diferentes secretarias e organismos municipais fossem recolhidos, e propostas de um projeto de gestão de documentos preliminarmente aprovadas.

Também foi apresentado que, em relação a documentos de valor histórico / permanente, o arquivo municipal está inicialmente focando sua organização e recebimento em material ligado a informação administrativa, financeira e jurídica, sendo justificado pela necessidade de uma reorganização documental e informacional não somente ao Arquivo Público Municipal ou na Secretaria de Cultura, mas nas demais secretarias da cidade. Contudo, cita-se também que parcerias com o Arquivo Público do Estado foram realizadas, visualizadas em eventos, cursos e exposições ocorridas em 2023, no qual alguns documentos históricos ligados a Cabanagem na cidade foram digitalizados e disponibilizados em escolas municipais, com parte desse acervo armazenada em espaço digital.

Em relação a Castanhal, no qual seu arquivo público foca seu acervo em documentos administrativos da cidade, e também em processo de reorganização de sua estrutura interna, a visita foi centralizada em sua casa de cultura, criada em 1968, ligada a Fundação Cultural de Castanhal. O funcionário responsável pela visita identificou que o espaço possui documentos históricos ligados a criação e evolução arquitetônica da cidade, a partir de doações de historiadores e personalidades políticas. Os mesmos encontram-se em espaços dispersos no local e necessitam de reordenação e cuidados aprofundados ligados à sua representação, isto é, construção de instrumentos de pesquisa, além da necessidade de políticas ligadas a preservação de documentos.

5. ANÁLISE DOS DADOS E PERSPECTIVAS DE PESQUISA

Os dados obtidos, apesar de mostrarem lacunas, também permitiram a identificação de aspectos que podem ser aproveitados em análises e pesquisas posteriores.

O primeiro aspecto a ser ressaltado é o já citado baixo número de acervos que possuem um canal de comunicação disponível, além de informações conflitantes sobre sua existência física e funcionamento. Na teoria, existem arquivos públicos municipais com seu contato apresentado em sites ligados as prefeituras ou secretarias, mas que, na prática, mostram-se desatualizados ou incorretos. É sintomático verificar que a capital do estado, Belém, não possui um arquivo municipal, apesar de propostas de implantação desse espaço ocorrerem desde 2010⁸.

Esses dados vão de encontro com a realidade paradoxal em que o Pará apresenta onde, por um lado, possui rica diversidade natural e multiplicidade étnica e cultural – o que fez ser escolhido como sede para a *Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (COP-30)* em novembro de 2025 - e, de outro, abarcando problemas ligados a baixa infraestrutura, com quatro cidades entre as 10 de menor Índice de Desenvolvimento Humano no Brasil, segundo levantamento de 2021 do IBGE.

Outra temática que poderia ser utilizada a partir desses resultados seria discutir políticas que estimulem a consolidação desses acervos municipais, partindo da análise do instrumentário legal na formulação de pesquisas e projetos informacionais e arquivísticos.

No campo da legislação estadual, cita-se o decreto 5.961/1989, que dispõe sobre o Sistema Estadual de Arquivos Paraense, e a lei 5.629/1990, que dispõe sobre a Preservação e Proteção do Patrimônio Histórico, Artístico, Natural e Cultural do Estado do Pará. Ambas foram promulgadas durante a gestão do governador Hélio Gueiros (1987-1991), consequência de iniciativas de profissionais ligados ao Arquivo Público do Estado na expansão da atuação dos profissionais e organismos, onde reuniões e eventos, alguns em conjunto com a então diretora do Arquivo Nacional Celina Vargas, ocorreram durante boa parte dos anos oitenta. Pesquisas tanto sobre as origens e desenvolvimento dessa legislação, identificando a evolução histórica da Arquivística paraense, quanto o do porque desse decreto e lei ainda serem pouco discutidos no âmbito estadual, sugerindo propostas de políticas arquivísticas para o estado⁹, mostram-se necessárias.

Ainda nesse aspecto, ressalta-se a importância da Lei 12.527/2011 - Lei de Acesso a Informação – como um fator que pode potencializar o acesso das informações oferecidas em diferentes instituições públicas arquivísticas. Mas cautela também precisa ser indicada sobre essas potencialidades. Conforme indicado por Jardim (2013) e Ávila (2024), a lei esbarra em diferentes problemas ligados a “opacidade” do estado brasileiro, tanto na falta de políticas públicas federais, estaduais e municipais de informação e arquivos, especialmente na infraestrutura deficitária desses espaços (quando esse espaço existe), quanto de uma sociedade ainda excluída do efetivo conhecimento da dinâmica informacional nos quais os arquivos brasileiros poderiam fornecer em diferentes aspectos de sua memória e cidadania, além do

⁸ A Faculdade de Arquivologia da Universidade Federal do Pará, desde sua criação, recebe sugestões de instalação de um arquivo público municipal ligados a prefeitura ou da Secretaria de Cultura de Belém. Desde 2014, quando fui alocado a UFPA, recebi ou fiquei a par de propostas oferecidas pelas gestões dos prefeitos Zenaldo Coutinho (2013-2021) e Edmilson Rodrigues (2021-2025). Todas, mesmo bem intencionadas, mostravam-se vagas, com quase nenhuma informação sobre a viabilidade dessa implantação, em especial ligado a infraestrutura (espaço físico, funcionários, mobiliário) e que tipo de documentação seria incluído nele, também não sendo levado em consideração rever o acervo existente no Arquivo Público do Estado do Pará.

⁹ Cita-se, como uma importante iniciativa, o projeto do APEP “conectando arquivos”, em atividade desde 2021, no qual o organismo, a partir de parcerias com prefeituras paraenses, realiza eventos em escolas, museus ou bibliotecas municipais, no qual documentos ligados a cidade contemplada são digitalizados e apresentados em exposições de curta duração, somados a palestras, reuniões com personalidades políticas e cursos sobre diferentes práticas ligadas a Arquivologia. Contudo, segundo o diretor da APEP Leonardo Torii, a iniciativa mostra-se, em alguns casos, paliativa, no qual apenas preenche algumas lacunas ligadas aos acervos do estado.

retrocesso político que também impactou a efetividade da lei, em especial nos governos dos presidentes Michel Temer (2016-2019) e Jair Bolsonaro (2019-2023). Na pesquisa, não foi considerado analisar o uso da LAI devido aos acervos, no geral, não terem uma estrutura claramente definida e de praticamente não existirem canais de troca comunicacional (ou, como citado, quando existem, as informações oferecidas serem escassas e descontraídas).

Idem para a temática de organização e representação da informação. O tema, de considerável importância prática para a área, encontrou praticamente nenhum espaço de discussão nesse levantamento. Apenas um dos arquivos analisados estava à guisa de produção de instrumentos de pesquisa, sendo que, em alguns acervos municipais, nem seu espaço físico estava garantido. A abordagem dessa temática seria importante como um complemento, no sentido de permitir a construção de iniciativas práticas que englobariam a gestão de documentos, oferecendo um ferramental estratégico para a consolidação de políticas públicas de informação e arquivos no Pará.

6. *CONSIDERAÇÕES FINAIS*

A presente pesquisa analisou como os arquivos paraenses organizam e representam em seus acervos municipais a documentação ligada a revolta da Cabanagem.

O artigo, conforme discutido, identificou resultados evidenciando não somente que esses arquivos não apresentam instrumentos de pesquisa ou outras iniciativas práticas relacionadas a esses conjuntos documentais, como até mesmo informações sobre sua estrutura e funcionamento mostraram-se vagas. O que em um primeiro momento objetivou um estudo inicial sobre organização e representação terminou como uma constatação de uma realidade arquivística de parte do Pará.

Cita-se também que o escopo da pesquisa, com 14 cidades analisadas, mostra-se inevitavelmente com limitações, no sentido de o Pará ser constituído por 144 municípios e uma pesquisa mais aprofundada, com diversas fases e equipes de bolsistas, orientandos e outros docentes / pesquisadores, deve ser considerada. A pesquisa também está distante de afirmar que o Pará, como um todo, seria “desorganizado”, “leniente” ou “bagunçado” com seus acervos. Contudo, pode-se perceber, neste escopo inicial, informações que devem ser devidamente consideradas, sendo cogitado serem apresentadas a autoridades ligadas ao governo do estado em reuniões ou relatórios.

Também é indicado cautela, a partir desses dados, ao evitar classificar, prematuramente, os resultados desse levantamento como um fracasso. Em primeiro lugar, o trabalho permitiu uma bem vinda variedade de espaços e dados a serem analisados e discutidos. Em segundo lugar, como já apresentado, se por um lado, alguns arquivos municipais paraenses mostram, nessa pesquisa, problemas de comunicação, acesso e de infraestrutura, de outro, esses dados mostram-se valiosos para a abertura de novas frentes de estudo nos arquivos do estado do Pará e da Região Norte, onde políticas estaduais e regionais podem ser instituídas ou aperfeiçoadas nesses espaços.

A pesquisa, apesar dos (frustrantes) resultados obtidos, permitiu a identificação preliminar de novas discussões a serem aproveitadas por pesquisadores tanto da Arquivologia como de áreas ligadas a Ciência da Informação, além de caminhos de estudo que perpassam para além dos acervos da Cabanagem e se inserem em uma ampla seara de pesquisas exploratórias aos arquivos da Região Norte.

REFERÊNCIAS

AMARAL, S. F. Conflitos Sociais e Ficção: A Cabanagem em Inglês de Sousa. **Revista todas as letras**, v. 17, p. 94-101, 2015. Disponível em:

<https://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/tl/article/view/6782> Acesso em: 30 jul. 2025.

ARAÚJO, R. L. **Difusão e acesso em locais de memória da cidade de Belém: um estudo sobre os registros documentais da Cabanagem.** Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Arquivologia). Belém, Universidade Federal do Pará, 2018.

ARAÚJO, R. L. Difusão e acesso em locais de memória da cidade de Belém: um estudo sobre os registros documentais da Cabanagem. In: DANTAS, J. F. (org.) **Entre lugares e memórias: reflexões sobre patrimônio histórico e educação patrimonial na Amazônia.** Santarém: Editora da UFOPA, 2022, p. 125-142.

ÁVILA, R. F. Recessão democrática à brasileira: a Lei de Acesso à Informação (LAI) entre 2019 e 2022. **Páginas A & B – Arquivos & Bibliotecas**, v. 3, p. 148-160, 2024. Disponível em: <https://ojs.letras.up.pt/index.php/paginasueb/article/view/14022> Acesso em: 30 jul. 2025

BARRIGA, L. **O quadrilátero cabano e as cabanagens nos Sertões da Amazônia: guerra, índios, rios e matas (1790-1841).** Tese (Doutorado em História Social da Amazônia). Belém, Universidade Federal do Pará, 2023.

BARROS, T. H. B.; EVANGELISTA, I. V. Classification and Knowledge Organization. In: HEISIG, P. (Org.). **Handbook on Information Sciences.** Cheltenham: Edward Elgar Publishing Ltd., 2024, p. 90-115.

BASILE, M. O laboratório da nação: a era regencial (1831-1840). In: KRINBERG, K.; SALLES, R. (Org.). **O Brasil imperial, v. 2 (1831-1870).** 4º ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017, p. 53-119.

BATISTA, E. M. Principais funções e tipos documentais de atividades-meio em organizações privadas. **Múltiplos Olhares em Ciência da Informação**, v. 7, p. 1-20, 2017. Disponível em: <https://cip.brapci.inf.br/download/69150> Acesso em: 25 jul. 2025.

CANDIDO, G. GG.; BARROS, T. H. B.; REDIGOLO, F. M. Indexação e Descrição Arquivística: Relações Histórico-conceituais. In: GUIMARÃES, J. A. C.; PINHO, F. (Org.). **MEMÓRIA, TECNOLOGIA E CULTURA NA ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO.** Recife: Editora da UFPE, 2017, p. 162-169.

CARVALHO, J. M. A vida política. In: CARVALHO, J. M. (org.). **A construção nacional 1830-1889.** Rio de Janeiro: Objetiva, 2012, p. 83-129. (História do Brasil Nação 1808-2010, vol. 2).

CARVALHO JUNIOR, P. I.; ARAÚJO, F. Ensino da história da Cabanagem através do jogo “O Cabano”. XVII Escola Regional de Informática Norte 2. **Anais.** Belém, 2024, p. 44-49. Disponível em: <https://sol.sbc.org.br/index.php/erin/article/view/31636/31439> Acesso em: 25 jul. 2025.

CHAVES, E. M. L. Preservação de documentos arquivísticos digitais a longo prazo em repositórios digitais confiáveis. **Revista ibero-americana de Ciência da Informação.** v. 16,

p. 50-66, 2023. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/RICI/article/view/44023>
Acesso em: 25 jul. 2025.

DIAS, M. N. **Fomento e Mercantilismo**: a Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão – 1755-1778. Belém: Universidade Federal do Pará, 1970, 2v.

FONSECA, V. M. M. A descrição arquivística: normas e modelo conceitual. In: ANDRADE, A. C. N. (Org.). **Arquivos, entre tradição e modernidade**. São Paulo: Associação dos Arquivistas de São paulo (ARQ-SP), 2017, p. 159-166.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HARRIS, M. A Cabanagem: a “guerra de castas” amazônica e algumas perspectivas comparativas. **Revista do Instituto Histórico Geográfico do Pará**, v. 11, n.2, p. 100-116, 2024. Disponível em: <https://ihgp.net.br/revistaojs/index.php/revihgp/article/view/198> Acesso em: 01 ago. 2025.

HARRIS, M. **Rebelião na Amazônia**: cabanagem, raça e cultura popular no norte do Brasil, 1798-1840. Campinas: Editora da UNICAMP, 2017.

JARDIM, J. M. A implantação da lei de acesso à informação pública e a gestão da informação arquivística governamental. **Liinc em Revista**, v. 9, p. 383-405, 2013. Disponível em: <https://revista.ibict.br/liinc/article/view/3495> Acesso em: 01 ago. 2025.

MACHADO, A. R. A. As interpretações dos contemporâneos sobre as causas da Cabanagem e o papel do Parlamento. **Revista de História** (USP), v. 175, p. 281-318, 2016. Disponível em: <https://revistas.usp.br/revhistoria/article/view/121831> Acesso em: 01 ago. 2025.

MONTEIRO, G. R.; BARROS, T. H. B.; SANTOS JUNIOR, R. L.. Descrição arquivística e a visão pós-moderna: mudanças na configuração social e na relação com os arquivos. In: XIII Congresso de Archivologia del Mersocul, 2019, Montevideu. **ACTAS**, 2019. v. 13. p. 1-13. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/358248975> Descrição arquivística e a visao pos-moderna mudancas na configuracao social e na relacao com os arquivos Acesso em: 15 jul. 2025.

MOURA, D. F. Entre revoltas, impunidade e barbárie: a Cabanagem e a reforma do juízo de paz. **Revista do Instituto Histórico Geográfico do Pará**, v. 10, n.2, p. 60-84, 2023. Disponível em: <https://ihgp.net.br/revistaojs/index.php/revihgp/article/view/182> Acesso em: 15 jul. 2025.

PANTOJA, D. O.; SANTOS JUNIOR, R. L. Preservação digital e os videogames: análise a partir do jogo “a revolta da cabanagem”. **Revista Brasileira de Preservação Digital**, v. 5, p. e024003, 2024. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/rebpred/article/view/18560> Acesso em: 15 jul. 2025.

PAOLO, P. D. **Cabanagem - a Revolução Popular da Amazônia**. Belém: Cejup, 1985.

PINHEIRO, L. B. S. P. **Visões da Cabanagem**: uma revolta popular e suas representações na historiografia. Manaus: Valer, 2018.

RAIOL, D. R. **Motins Políticos**. Manaus: Valer, 2021, 3 v.

REIS, A. C. F. Grão-Pará e Maranhão. In: HOLANDA, S. B. (Org.). **História Geral da Civilização Brasileira - Vol. 4 - O Brasil monárquico: dispersão e Unidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2015, p. 87-200.

REZENDE, M. J. Mudança Social e Conciliação em Euclides da Cunha. **Acta Scientiarum**, v. 24, n.01, p. 189-199, 2002. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciHumanSocSci/article/view/2435> Acesso em: 15 jul. 2025.

RICCI, M. Cabanagem, cidadania e identidade revolucionária: o problema do patriotismo na Amazônia entre 1835 e 1840. **Tempo**, v. 11, p. 15-40, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tem/a/ZX5z5skg9g7YyC47qtn533N/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 15 jul. 2025.

RICCI, M. Cabanos, patriotismo e identidades: outras histórias de uma revolução. In: KRINBERG, K.; SALLES, R. (Org.). **O Brasil imperial, v. 2 (1831-1870)**. 4ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017, p. 185-231.

RICCI, M. Passos imperiais e (des) compassos cabanos: Belém e sua "índole" - 1800 1840. In: LACERDA, F. G.; SARGES, M. N. (Org.). **Belém do Pará: história, cultura e cidade para além dos 400 anos**. Belém: Açaí, 2016, p. 205-227.

SALLES, V. **Memórias da Cabanagem**. Belém: Cejup, 1992.

SARRAF-PACHECO, A; TORII, L. Um guardião em teias: Caminhos e Sentidos na Criação do Arquivo Público do Estado do Pará. **Americania Revista de Estudos Latinoamericanos de la Universidad Pablo de Olavide de Sevilla**, v. 02, p. 216-258, 2015. Disponível em: <https://www.upo.es/revistas/index.php/americania/article/view/1422> Acesso em: 23 jul. 2025.

SCHMIDT, C. **Classificação em arquivos**: Fundamentos e Práticas. Belo Horizonte: editora UFMG, 2024.

SCHWARZ, L. M. **Lima Barreto – Triste Visionário**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017. SCHWARZ, L. M.; STARLING, H. M. **Brasil: uma biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

SILVA, L.; FELDMAN, A. Revisitando o passado em tempos de crise: federalismo e memória no período regencial (1831-1840). **Topoi**, v. 11, p. 143-163, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/topoi/a/MbTrx49rpsnJmM7TQvB95vn/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 23 jul. 2025.

SOUSA, R. T. B. Classificação como função matricial do que fazer arquivístico. INNARELLI, H. C.; SANTOS, V. B.; SOUSA, R. T. B. **Arquivística**. Temas contemporâneos. 2º ed. Brasília: SENAC, 2008, p. 77-172.

SOUZA, M. V. B.; FLORES, D. Possíveis impactos do modelo Records in Contexts para os usuários de arquivos. **Acervo**, v. 33, p.49-67, 2020. Disponível em: <https://revista.an.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/1553> Acesso em: 25 jul. 2025.

TORII, L. Recuperando o fio de Ariadne: a fundação do Arquivo Público do Pará e a organização da sua documentação histórica (1894-1906). **Manduarisawa - Revista Eletrônica Discente do Curso de História da Universidade Federal do Amazonas**, v. 04, p. 03-14, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufam.edu.br/index.php/manduarisawa/article/view/7467> Acesso e: 25 jul. 2025.

VILAÇA, F. Política e administração na Amazônia colonial: regimentos e instruções para o governo das capitanias do Pará e do Maranhão (séculos XVII e XVIII). **Territórios e Fronteiras** (UFMT. Online), v. 11, p. 42-69, 2018. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/territoriosefronteiras/index.php/v03n02/article/view/773/pdf> Acesso em: 23 jul. 2025

VITAL, L. P.; MEDEIROS, G. M.; BRASCHER, M. Classificação e descrição arquivística como atividades de organização e representação da informação e do conhecimento. **Brazilian Journal of Information Science**, v. 11, p. 40-46, 2017. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/bjis/article/view/7507> Acesso em: 23 jul. 2025.